

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE MOVIMENTO LGBTI+ E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL¹

Cleyton Feitosa²

<http://orcid.org/0000-0001-5186-1941>

Resumo: O artigo pretende empreender esforços teóricos por meio de pesquisa bibliográfica. A partir da exploração do debate sobre as conexões e interações entre movimentos sociais, partidos e sistemas políticos, o objetivo central deste trabalho se desenvolve em refletir sobre a relação do Movimento LGBTI+ brasileiro com os partidos políticos, pondo em relevo a heterogeneidade que conforma este movimento social e as dinâmicas decorrentes dessa interação. Argumentamos que os principais motivos para essa aliança consistem na afinidade ideológica e estratégica e na busca conjunta para alcançar resultados políticos, superando as visões exclusivamente desafiadoras dos movimentos em relação às instituições políticas. Os ganhos são duplos: movimentos sociais podem acessar recursos partidários para seus propósitos enquanto partidos ganham em termos de mobilização e conexão com interesses sociais, potencializando sua função representativa. Por fim, refletimos sobre as potencialidades do conceito de institucionalização para a análise das interações entre movimentos sociais e partidos políticos.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Partidos políticos; Movimento LGBTI+; Participação política.

Recebido em: 12/04/2022

Aceito em: 11/10/2022

¹ Esse trabalho é fruto do Projeto de Pesquisa “Movimentos sociais no sistema político brasileiro”, financiado pela FAP-DF, Processo n. 00193.0000229/201914 e parte dos resultados da minha tese de doutoramento intitulada “Movimento LGBTI+ e partidos políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil”, desenvolvida no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), orientada pela Profa. Dra. Debora Rezende de Almeida e defendida em dezembro de 2022. A pesquisa contou com bolsas de doutorado da FAP-DF e da CAPES, além de auxílios do IPOL/UnB, a quem sou grato. Uma versão anterior desse artigo foi apresentada no 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, na Área Temática Participação Política, em 2020, de onde recebeu comentários da Profa. Dra. Danusa Marques (UnB), a quem agradeço pelas contribuições. Agradeço, ainda, à editoria e aos pareceristas anônimos de Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política pelas novas contribuições ao texto.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco e Pedagogo pela Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste. Co-coordenou o dossiê temático “Participação Política LGBTI+ no Brasil” publicado na REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (2022). É autor do livro “Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil” (Appris, 2017). Foi consultor da Unesco, onde atuou na organização da 3ª Conferência Nacional LGBT no âmbito do Ministério de Direitos Humanos (2016). É membro do Grupo de Pesquisa sobre Relações entre Sociedade e Estado (Resocie) vinculado ao IPOL/UnB. E-mail: cleyton.feitosa@hotmail.com

THEORETICAL REFLECTIONS ON THE INTERACTION BETWEEN THE LGBTI+ MOVEMENT AND POLITICAL PARTIES IN BRAZIL

Abstract: The article intends to undertake theoretical efforts through bibliographic research. From the exploration of the debate on the connection and interactions between social movements, parties and political systems, the main objective of this work is to reflect on the relationship of the Brazilian LGBTI+ Movement with political parties, highlighting the heterogeneity that conforms this movement and the dynamics resulting from this interaction. We argue that the main reasons for this alliance consist of the ideological and strategic affinity and the joint search to achieve political results, overcoming the exclusively challenging views of the movements in relation to political institutions. The gains are twofold: social movements can access party resources for their purposes, while parties gain in terms of mobilization and connection with social interests, enhancing their representative function. Finally, we reflect on the potential of the concept of institutionalization for the analysis of interactions between social movements and political parties.

Keywords: Social Movements; Political Parties; LGBTI+ Movement; Political Participation.

REFLEXIONES TEÓRICAS SOBRE LA INTERACCIÓN ENTRE EL MOVIMIENTO LGBTI+ Y LOS PARTIDOS POLÍTICOS EN BRASIL

Resumen: El artículo pretende emprender esfuerzos teóricos a través de la investigación bibliográfica. A partir de la exploración del debate sobre las conexiones e interacciones entre movimientos sociales, partidos y sistemas políticos, el objetivo principal de este trabajo es reflexionar sobre la relación del Movimiento LGBTI+ brasileño con los partidos políticos, destacando la heterogeneidad que conforma este movimiento y la dinámica resultante de esta interacción. Argumentamos que las principales razones de esta alianza consisten en la afinidad ideológica y estratégica y la búsqueda conjunta para lograr resultados políticos, superando las visiones exclusivamente desafiantes de los movimientos en relación a las instituciones políticas. Las ganancias son dobles: los movimientos sociales pueden acceder a los recursos de los partidos para sus fines, mientras que los partidos ganan en términos de movilización y conexión con los intereses sociales, mejorando su función representativa. Finalmente, reflexionamos sobre el potencial del concepto de institucionalización para el análisis de las interacciones entre movimientos sociales y partidos políticos.

Palabras-clave: Movimientos sociales; Partidos políticos; Movimiento LGBTI+; Participación política.

1. Introdução

Apesar das muitas divergências, há um certo consenso entre pesquisadores e pesquisadoras de gênero e sexualidade que o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos, entre outras orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTI+³) brasileiro angariou notáveis conquistas e abertura de espaços, antes refratários, na política institucional após a redemocratização do país. Embora existam muitos trabalhos que tenham focado nas interações entre o Movimento LGBTI+ e o Estado brasileiro, especialmente no âmbito da formulação de políticas públicas (VIANNA; CARRARA, 2007; IRINEU; RAFAEL, 2009; CARRARA, 2010; MELLO *et al*, 2012a, 2012b, 2012c; ZANOLI, 2015; CARRARA; AGUIÃO; LOPES; TOTA, 2017), há poucas investigações que exploraram um fenômeno paralelo que pode explicar essas notáveis conquistas na esfera pública: as conexões entre o Movimento LGBTI+ e os partidos políticos.

A partir da exploração do debate sobre as conexões e interações entre movimentos sociais, partidos e sistemas políticos, o objetivo central deste trabalho se desenvolve em refletir sobre a relação do Movimento LGBTI+ brasileiro com os partidos políticos, pondo em relevo a heterogeneidade que conforma este movimento social e as dinâmicas decorrentes dessa interação.

Primeiramente, discutiremos a interação entre movimentos sociais e partidos políticos e vice-versa. Conforme veremos na literatura que se debruça sobre este fenômeno, movimentos sociais interagem com partidos políticos para atingir seus objetivos políticos e em face das afinidades ideológicas e estratégicas, como elementos que podem gerar aproximações ou distanciamentos entre eles. Por outro lado, partidos também possuem interesses e ganhos nessas alianças, sobretudo no que diz respeito à capacidade de mobilização dos movimentos em agendas comuns e pleitos eleitorais.

Em seguida, refletiremos sobre a relação do Movimento LGBTI+ brasileiro com os partidos políticos, pondo em relevo a heterogeneidade que conforma este movimento social e as dinâmicas decorrentes dessa interação. Analisar a diversidade interna pode representar um importante fator explicativo para a existência de processos múltiplos e diferenciados de institucionalização da questão da diversidade sexual e de gênero nas agremiações partidárias brasileiras. Importante dizer que institucionalização aqui é um conceito entendido como “o processo de institucionalizar, de transformação de algo em instituição” (GURZA LAVALLE *et al*, 2019, p. 22) que pode resultar em encaixes institucionais, sedimentações relativamente estáveis que possibilitam ganhos de atuação para movimentos em interação com instituições políticas.

Para o desenvolvimento dessa reflexão, mapeamos aspectos desta relação que apareceram em trabalhos relevantes dos estudos com foco no Brasil, mesmo quando esta

3 Temos ciência da multiplicidade e dos embates em torno da definição e da representatividade da sigla oficial do Movimento. Optamos, neste trabalho, pela forma “LGBTI+” por nos parecer mais consensual na atualidade. Para uma discussão mais detida e atualizada sobre a questão, ver Facchini (2020).

interação não fosse o foco central daquelas obras (especialmente no caso dos estudos LGBTI+). Portanto, essa é uma pesquisa bibliográfica. Assim, o trabalho está organizado, além dessa introdução e das considerações finais, em três seções. A primeira discute alguns argumentos da literatura sobre a interação entre movimentos sociais e partidos políticos; a segunda apresenta o Movimento LGBTI+ brasileiro, seu histórico, diferenças e o dilema sobre interagir ou não com instituições políticas como partidos; a terceira, por fim, explora certos aspectos da interação entre o Movimento LGBTI+ e os partidos políticos brasileiros na literatura sobre gênero e sexualidade.

2. Interação entre movimentos sociais e partidos políticos: argumentos teóricos

A entrada de ativistas no campo eleitoral implicou num encontro de duas expressões institucionalizadas da representação política: os movimentos sociais e os partidos políticos.

Rafael de la Dehesa, 2015.

A autonomia dos movimentos sociais perante o Estado e os partidos políticos sempre representou um ponto de tensão tanto nas próprias organizações da sociedade civil como na teoria dos movimentos sociais⁴. Hellman (2018 [1992]) nota que os militantes muitas vezes veem partidos e sindicatos interessados apenas no sucesso dos novos movimentos, a fim de manipulá-los para seus próprios objetivos. Talvez, por isso, os estudos de movimentos sociais e o de partidos políticos se desenvolveram separadamente, com certo grau de autonomia disciplinar. Ruth Ferreira constatou que o discurso da autonomia “constituiu uma necessidade dos movimentos no sentido de se diferenciarem dos esquemas tradicionais de fazer política, bem como representa uma crítica àqueles que se deixaram cooptar pela ação do Estado” (FERREIRA, 1994, p. 168). No entanto, apesar do apartidarismo presente no discurso de algumas lideranças sociais, é possível notar vinculações político-partidárias.

Ferreira (1994) aponta algumas linhas explicativas para a mobilização de discursos apartidários por alguns movimentos: (i) Os militantes precisam demonstrar neutralidade partidária para os órgãos estatais a fim de serem bem recebidos pelos gestores; (ii) O movimento possui uma demanda permanente de manter seus membros unidos, evitando conflitos partidários que desgastem ou fragilizem os grupos; (iii) Há uma visão negativa sobre os partidos políticos na cultura política brasileira em virtude dos problemas encontrados nas agremiações partidárias, como a baixa capacidade de representar a contento anseios populares; (iv) Determinados atores acreditam que movimentos e partidos são diferentes em termos funcionais e organizacionais,

4 Vide Cardoso (1987). Essa preocupação sobre a autonomia dos movimentos em relação ao Estado não é desimportante. Exemplo de experiência recente com limites e contradições é representado pela entrada de determinadas feministas em Secretarias de Políticas para Mulheres com agendas limitadas pelas hierarquias institucionais, em que elas assessoravam o tema, mas não comandavam certas decisões.

inviabilizando ações conjuntas e harmônicas e, por fim, (v) também circula a ideia de que existem partidos que se sentem donos dos movimentos sociais (FERREIRA, 1994).

Os discursos autonomistas dos movimentos foram reverberados pela produção sociológica dos anos 90, constituindo posição dominante dos pesquisadores e trabalhos da época que caracterizavam a sociedade civil de maneira virtuosa, depositária de altas expectativas, responsável pela democratização da democracia e representativa dos legítimos interesses populares, apartadas do Estado e do mercado. Sob essa perspectiva normativa, existiam duas possibilidades de ação política: aquela típica da política institucional, composta por atores políticos, práticas, organizações e interesses particularistas e a política societária: virtuosa, caracterizada por consensos, pelos interesses gerais da sociedade e pela tematização dos problemas públicos. Esses dois mundos não se conectariam porque seriam antagônicos, polares e moralmente distintos, sendo essa a abordagem hegemônica da literatura sobre movimentos sociais no pós-redemocratização da década de 90 (GURZA LAVALLE, 2003).

Outro aspecto que pode ter dificultado estudos sobre a interação entre movimentos e partidos é que parte da literatura sobre movimentos sociais abordou as organizações sociais enfatizando o confronto político. Tarrow (2009 [1998]) afirma que a contribuição singular dos movimentos sociais - uma invenção da Idade Moderna que acompanhou o Estado Moderno - é a preparação, a coordenação e a manutenção dos confrontos políticos contra opositores poderosos. O autor define os movimentos como "desafios coletivos baseados em objetivos comuns de solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade" (TARROW, 2009 [1998], p. 21).

É dessa compreensão que surge um conhecido conceito da Ciência Política: os repertórios de ação coletiva, de Tilly. De acordo com seu formulador:

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta (TILLY, 1995, p. 26 apud ALONSO, 2012, p. 26).

É verdade que o conceito sofre alterações no curso da vida de seu formulador (ALONSO, 2012) e é adaptado em contextos específicos, como no caso brasileiro (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; ALMEIDA; VIEIRA; KASHIWAKURA, 2020).

Por sua vez, Hellman (2018 [1992]) credita a dificuldade na análise de interações entre movimentos e partidos ao viés contrário ao socialismo por parte de alguns acadêmicos que pularam uma etapa importante, indo de pré-marxistas a pós-marxistas, sem terem se detido a um período em que a luta dos trabalhadores ou a revolução socialista pareciam uma boa ideia. Esses analistas enfatizariam que a incorporação de movimentos autônomos em movimentos políticos mais amplos representaria a perda de uma voz popular. O que eles não entendem, segundo a

autora, é que o encontro entre movimentos e partidos expressa uma dialética em que não só o movimento é alterado, como também o partido. Assim, a posição desses acadêmicos desconsideraria a possibilidade de que os movimentos possam influenciar partidos ou contribuir para o surgimento de nova formação política, radicalizar e transformar programas políticos e ditar uma agenda de novas questões (HELLMAN, 2018 [1992]).

As vezes que advogam pela autonomia dos movimentos não configuram um consenso absoluto. Ferreira (1994), por exemplo, mobiliza estudiosos que veem potência na interação entre as duas instâncias de participação. Eles argumentam que a atuação de agentes externos aos movimentos não representa necessariamente perda de autonomia e que os partidos podem ser encarados como canais de encaminhamento de demandas e reivindicações das entidades sociais, que os agentes externos podem contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre o funcionamento do sistema político e que os partidos podem ser úteis às organizações, facilitando trâmites burocráticos na condução de problemas existentes (FERREIRA, 1994).

Tal como Goldstone (2003), entendemos que os movimentos se constituem como elemento essencial da política institucional e que apenas uma fronteira difusa e permeável separa a política institucional da não-institucional. Enquanto alguns movimentos agem por meio de protestos, outros atuam via *lobby*, fornecendo informações para burocratas e partidos (os movimentos também podem lançar mão de diferentes repertórios e estratégias simultaneamente).

Movimentos e partidos são atores sobrepostos e mutuamente dependentes na política, uma vez que determinados partidos se apoiam em movimentos para ganhar eleições e, por sua vez, alguns movimentos dependem de patrocínios partidários para a sua sobrevivência. Movimentos também buscam partidos para influenciar governos. Isso porque apenas os partidos realmente controlam o governo (BURSTEIN; LINTON, 2002). Em suma, a razão para essa relação estreita estaria na busca para influenciar resultados políticos, muitas vezes recorrendo a atores semelhantes, visando os mesmos órgãos e buscando os mesmos objetivos (GOLDSTONE, 2003). A esse respeito, Abers e von Bülow (2011, p. 64) assinalam:

Em vários países e regiões do mundo, tem se tornado cada vez mais difícil compreender os movimentos sociais sem fazer uma análise dos vínculos com partidos políticos e o Estado, e vice-versa, como é importante incorporar o estudo dos impactos da ação de partidos políticos e órgãos estatais nos movimentos sociais.

Trazendo para o Brasil, em face de uma conjuntura nacional, em que movimentos sociais passaram a interagir fortemente com o Estado na produção de políticas públicas ao longo dos anos 2000, brotou uma vasta literatura sobre movimentos numa perspectiva que buscava entender novos elementos desses processos interativos. Assim, Gurza Lavalle, Carlos, Dowbor e Szwako (2019) sistematizaram essa literatura a partir de três compreensões gerais: (i) Os movimentos sociais se engajam em atividades que não necessariamente implicaria relações de

confronto; (ii) Os movimentos combinam formas variadas de interação com o Estado por meio de diferentes repertórios e (iii) a participação em canais institucionalizados e a formalização das organizações sociais não gera necessariamente desmobilização dos movimentos (GURZA LAVALLE *et al*, 2019).

Uma ferramenta analítica desenvolvida para analisar a interação entre movimentos sociais e o Estado desde o Brasil foi a formulação do conceito de repertórios de interação, cuja definição “permite incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331-332). Em suas pesquisas, as autoras identificaram pelo menos quatro rotinas comuns de interação entre movimentos e Estado, dentre as quais duas podem explicar com mais ênfase a aproximação de ativistas a partidos políticos: a política de proximidade e a ocupação de cargos na burocracia⁵.

A política de proximidade ocorre quando “atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos” (ABERS *et al*, 2014, p. 332-333). Apesar de considerada clientelista, tal rotina se diferencia do clientelismo porque pode ser um instrumento para viabilizar ações públicas que fortaleçam direitos coletivos, em vez de trocas de favores pessoais. Nas negociações, o recurso mobilizado por atores não estatais é tão somente sua posição como interlocutor reconhecido, razão pela qual também podem ocorrer disputas nos movimentos em face do *status* privilegiado de alguns atores em detrimento de outros. Eis aí um fator que poderia explicar a busca por distintos partidos políticos por parte de diferentes ativistas na intenção de tornarem-se interlocutores de referência em cada agremiação partidária e nas redes que ela mantém.

Já a ocupação de cargos na burocracia foi uma estratégia largamente utilizada pelos movimentos sociais brasileiros e pelo Movimento LGBTI+, sobretudo a partir do lançamento do programa Brasil Sem Homofobia no Governo Federal em 2004, que contribuiu para impulsionar a implementação de políticas públicas de direitos humanos LGBTI+ tanto no conjunto de Ministérios do Executivo Federal, como nos governos estaduais e municipais brasileiros. A ocupação de cargos governamentais por ativistas, além de viabilizar a implementação de projetos políticos, estimula outras rotinas de interação, a exemplo da política de proximidade, na medida em que colegas de movimento passam a ter contatos aliados no Estado, e da participação institucionalizada, caracterizada “pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas, aceitas pelos envolvidos (e em alguns casos estabelecidas pela lei)” (ABERS *et al*, 2014, p. 332). Entre elas, destacam-se os Conselhos e as Conferências.

5 As outras duas rotinas seriam os protestos e a participação institucionalizada. Essas rotinas também podem explicar aproximações entre movimentos e partidos, já que atores de um e de outro podem participar de protestos e de instituições participativas. Inclusive, um mesmo ator pode participar simultaneamente de partidos e de redes de movimentos. Apenas buscamos enfatizar que na política de proximidade e na ocupação de cargos tal interação parece se intensificar.

Para ocuparem cargos na burocracia, muitos dos ativistas que se tornaram gestores já eram filiados a partidos políticos, como foi o caso dos coordenadores de políticas LGBTI+ do Governo Federal, previamente integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), ou precisaram se filiar a agremiações que comandavam governos subnacionais ou organizações partidárias com elas coligadas. A múltipla filiação de atores sociais a partidos, movimentos e governos pode ser mais um fator a explicar a interação entre ativistas LGBTI+ e partidos políticos (MISCHE, 2008).

Movimentos lançam mãos de diferentes repertórios de ação e interação, sendo um deles a atuação via partidos. Olhando por outro ângulo, sobre o porquê partidos se abrem para movimentos sociais, Hellman (2018 [1992]) explicita que a existência dos novos movimentos não substituiu a participação política tradicional, mas estendeu o espaço político disponível aos cidadãos, levando para o domínio público preocupações do cotidiano e da esfera privada.

A capacidade dos novos movimentos sociais de mobilizarem setores dinâmicos e crescentes da população, que haviam sido ignorados pelos partidos (ou se mostraram resistentes aos modos tradicionais de organização dos partidos), contribuiu para a crise da política partidária na Europa e na América Latina. Essa crise forçou os partidos a se abrirem para novos movimentos, na esperança de alcançarem setores ampliados da população. No caso brasileiro, ela nota que alguns analistas da transição democrática viram no apoio dos novos movimentos sociais aos partidos de esquerda um passo crucial para o desenvolvimento de uma nova cultura política (HELLMAN, 2018 [1992]).

Nesse sentido, McAdam e Tarrow (2011) consideram eleições e movimentos formas mutuamente constitutivas da política, apesar de serem tradicionalmente estudadas de maneira separadas nas Ciências Sociais e propõem o conceito de “confronto eleitoral”, que significa “o conjunto de relações recorrentes entre movimentos e eleições que definem a dinâmica dos movimentos e o resultado das eleições” (MCADAM; TARROW, 2011).

Desse modo, a literatura sobre essa interação tem dito que movimentos e partidos interagem em momentos-chave, especialmente na formação de novos partidos (KITSCHOLT, 2006), na crise dos partidos (HELLMAN, 2018 [1992]) ou em ciclos de protesto e eleitorais (MCADAM; TARROW, 2011). Diferentemente dessas abordagens, defendemos que movimentos e partidos interagem de maneira processual e por isso apostamos no conceito de institucionalização (GURZA LAVALLE *et al*, 2019) como arcabouço teórico explicativo para esse tema fronteiriço.

Esse conceito nos mostra que, entre a dicotomia entre partidos abertos ou fechados a movimentos, existe uma complexa gradação, expõe que essa interação é mais contínua e cotidiana do que parece, mostrando também que partidos interagem com diferentes atores e setores da sociedade, desde ativistas de movimentos sociais até empresários, fazendeiros ou conservadores, o que faz das organizações partidárias arenas em permanente disputa⁶.

6 Agradecemos a Matheus Mazzilli Pereira por ter chamado atenção para os benefícios teóricos do uso do conceito de institucionalização durante a sessão pública de defesa de tese do autor.

3. Movimento LGBTI+ no Brasil: o dilema entre autonomia e interação

As melhores esperanças provêm das imagens das Paradas do Orgulho LGBT, em que as diferenças se mostram e convivem de forma estimulante e pacífica no mesmo espaço público. Nelas se refaz a expectativa de que o Movimento LGBT possa atualizar permanentemente a promessa de celebração de identidades vívidas e porosas, com mais pontes do que cercas entre si.

Júlio Simões e Regina Facchini, 2009.

Não há um único Movimento LGBTI+, mas inúmeros Movimentos LGBTQIAP+, com perfis, trajetórias, ideologias e repertórios de ação coletiva e interação socioestatal bastante diferenciados entre si e por vezes conflitantes, gerando em alguns casos rachas e caminhos apartados (FACCHINI, 2020).

A própria literatura brasileira sobre o Movimento LGBTI+ aborda essa heterogeneidade, mas com alguns limites: os enfoques geralmente dividem a militância em duas correntes majoritárias, uma que seria mais institucionalizada e outra que seria avessa a interações e conexões com instituições políticas, como o Estado, os partidos políticos e outras organizações tais quais sindicatos e outros movimentos sociais. O limite dessa abordagem consiste na lacuna sobre a diversidade interna em cada uma dessas duas correntes. Em outras palavras, há muitas diferenças tanto no interior dos chamados grupos mais institucionalizados como naqueles não institucionalizados, sem falar nos coletivos híbridos que mesclam características das duas correntes.

No Brasil, quem realizou esforço notável para caracterizar as diferenças entre essas duas correntes foi Colling (2015). Após realizar estudo comparado com ativistas da Argentina, Chile, Espanha e Portugal, o autor faz uma rígida divisão entre o que ele chama de "Movimento LGBT"⁷ e "Ativismos das Dissidências Sexuais e de Gênero" (ou simplesmente "Ativismo Queer"). Em sua análise, o Movimento LGBTI+ seria caracterizado pela atuação enfática na conquista de marcos legais como, por exemplo, a do matrimônio igualitário, leis de combate à discriminação (com caráter punitivo) e leis de identidade de gênero (aquelas que permitem a mudança de nome civil de pessoas travestis e transexuais). O autor critica essa ênfase nos marcos legais, pois, para ele, os preconceitos nascem na cultura e por isso seria mais interessante atuar estrategicamente através de políticas e produtos culturais, uma vez que as leis modificam timidamente práticas preconceituosas (COLLING, 2015).

Já o Ativismo Queer, ao contrário, é caracterizado pelos repertórios de ação mais disruptivos, priorizando iniciativas através do campo da cultura por entenderem que os

7 A sigla utilizada pelo autor à época era "LGBT".

preconceitos nascem nela e que a sensibilização via manifestações culturais seria mais produtiva. Critica a aposta do Movimento LGBTI+ em marcos legais quando estes reforçam normas e disciplinas institucionais sobre as sexualidades e os gêneros. Rejeita a noção de que para ser respeitado ou portar direitos é preciso abdicar-se das singularidades em nome de uma “imagem respeitável” perante a sociedade cis-heteronormativa. Organiza-se de maneira mais horizontal, recusando a ideia de um líder ou coordenador dirigente que represente a base. Lança mão de ações de desobediência civil por meio da ocupação de espaços públicos ou instituições opositoras, como as igrejas. Nas performances e manifestações de rua, o corpo é utilizado como instrumento da política. Os manifestos, gritos de ordem e cartazes exploram sem pudor a dimensão explícita do sexo e da sexualidade. Possuem, então, um caráter mais desbundado e menos comportado, sendo mais críticos em relação ao mercado e ao capitalismo (COLLING, 2015).

Na busca por estabelecer tipos ideais do que seria o ativismo sexual e de gênero, o autor incorre em simplificações que dividem de maneira rígida este movimento social. Isso porque ele é mais complexo, plural e heterogêneo do que nossas categorias científicas conseguem abarcar e classificar. Inclusive, porque há inúmeros formatos de organização e estratégias de ação que mesclam as duas características descritas pelo autor.

Em estudo histórico, Cruz (2017) mostra que o dissenso entre essas duas vertentes majoritárias no Movimento LGBTI+ existe desde o seu nascimento. Já no 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), no ano de 1980, evidenciou-se a divisão entre setores autonomistas e setores ligados às organizações de esquerda. Os autonomistas rejeitavam alianças com a esquerda sob o argumento de que os partidos cooptariam o movimento homossexual, enquanto aqueles mais próximos da esquerda defendiam alianças com partidos políticos e outros movimentos sociais, além de ações de protesto na rua.

Em 1º de Maio de 1980, 50⁸ ativistas homossexuais do grupo Somos, a primeira organização homossexual do país, se somaram à marcha do Dia do Trabalhador em São Bernardo do Campo (SP), levantando faixas em apoio à greve dos operários do ABC que sofriam forte represália do governo militar (CRUZ, 2017). As faixas diziam “Contra a intervenção no ABC - Comissão Homossexual Pró-1º de Maio” e “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual”. Essa participação de uma parcela do Somos no ato causou um “racha” protagonizado pelos setores autonomistas do grupo que em função disso fundariam o Grupo de Ação Homossexualista, em seguida chamado Outra Coisa. Notamos novamente na literatura a classificação do Movimento LGBTI+ em duas correntes separadas.

O antropólogo Edward Macrae, em sua clássica etnografia sobre o grupo Somos, também registrou o que ele chamou de “problemas da relação entre política homossexual e política partidária” (MACRAE, 2018 [1990], p. 264). Ao relatar o já mencionado 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), destacou o comparecimento de indivíduos cujas lealdades principais pareciam estar voltadas mais às organizações partidárias, informadas pela concepção

8 Em seu trabalho, Cruz (2017) fala em 20 ativistas, mas James Green, um dos fundadores do movimento e participante daquela marcha, nos informou que foram cerca de 50 participantes. Agradecemos ao historiador pela correção realizada durante a sessão pública de defesa de tese do autor.

social marxista, do que ao movimento homossexual. Divergimos dessa interpretação de Macrae porque ela ignora os efeitos das dinâmicas da “dupla militância” em que ativistas participavam simultaneamente de organizações de esquerda e também do nascente movimento homossexual (GREEN, 2018).

Na ocasião, havia alguns simpatizantes de partidos políticos, como membros não-assumidos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e duas pessoas do Partido Comunista do Brasil (PCdo B) que faziam parte também do grupo Libertos de Guarulhos/SP⁹. Tais atores contribuíram para as polêmicas do evento, como na discussão sobre a participação dos grupos homossexuais nos atos em apoio à greve dos trabalhadores da região do ABC e no debate sobre a criação de uma comissão para coordenar nacionalmente o movimento social.

Os chamados grupos autonomistas eram contrários às duas propostas sob os argumentos de que não se deveria confundir a luta homossexual com a luta de classes e que a criação de uma comissão nacional tentaria impor uma linha comum aos grupos, o que era demasiado autoritário. Assim, “tornava-se inevitável o reconhecimento de que a suposta comunidade homossexual estava irremediavelmente fracionada” (MACRAE, 2018 [1990], p. 265).

Tal divisão resultou em um “racha” já na primeira organização social de homossexuais no Brasil. Vejamos a carta anunciando a saída dos autonomistas do grupo Somos, lida em reunião geral do grupo na discoteca gay Mistura Fina, localizada na Rua Major Sertório, na chamada “Boca do Lixo”, em São Paulo:

Ao Grupo Somos

Considerando que a imagem externa do Grupo Somos está irreversivelmente associada ao Grupo Convergência Socialista;

Considerando que a autonomia do Grupo Somos está comprometida pelo caráter da atuação de elementos filiados a organizações políticas e partidárias;

Considerando que o Grupo Somos foi desviado de sua definição como grupo de homossexuais interessados basicamente em discutir nossa sexualidade e lutar contra a discriminação sexual;

Nós, abaixo nomeados, nos declaramos desligados do Grupo Somos a partir desta data, e passamos a constituir um novo grupo que se propõe a reafirmar a definição do grupo homossexual autônomo e interessado prioritariamente na questão homossexual (...).

São Paulo, 17 de maio de 1980.

Cacá, Celso I, Emanuel, Evaristo, Galuco, Reynaldo I, Ricardo III, Tosta, Zezé (MACRAE, 2018 [1990], p. 279).

9 Informações confirmadas por James Green, a quem agradecemos.

O racha no Somos, decorrente da participação de parte dos membros nos atos em apoio à greve dos trabalhadores da região do ABC paulista, impactou também na produção do jornal *Lampião da Esquina* ocasionando seu fim, dentre outros fatores. O *Lampião* foi o primeiro jornal homossexual do Brasil, que nasceu no contexto da imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o afrouxamento de anos de censura promovido pela Ditadura Militar. O jornal, produzido por parte dos membros que formavam o grupo Somos, circulou entre 1978 e 1981.

É importante mencionar que o Movimento Feminista passou por processos parecidos ao Movimento LGBTI+ no que diz respeito a esse conflito entre feministas autonomistas, que rejeitavam a aliança com organizações da esquerda e partidos políticos, e feministas que achavam necessário o engajamento em uma luta mais ampla contra o regime ditatorial que pairava sobre a política brasileira. Tanto Pinto (2003) como Alvarez (2014) exploram esse fenômeno como elemento constitutivo do Movimento Feminista na Ditadura Militar brasileira.

As feministas autonomistas buscavam definir o feminismo tanto em relação à esquerda revolucionária da época que tratava a questão da mulher como uma “contradição secundária”, como em relação às mulheres que optavam por se engajar nessa esquerda partidária, chamando-as de “políticas”, na medida em que priorizavam a luta geral e não a luta específica das mulheres (ALVAREZ, 2014). Isso, somado à perseguição do próprio regime militar (COLLING, 1997), nos faz concluir que não era nada fácil participar dos grupos de esquerda à época, mas também nos ilustra a pluralidade de posições do campo do movimento social brasileiro.

4. A interação entre Movimento LGBTI+ e partidos políticos no Brasil

“Antes da gente disputar a própria eleição, a gente tem que disputar espaço dentro do partido”

Robeyoncé Lima, mulher trans e negra, co-deputada estadual de Pernambuco pelo PSOL em mesa no X Congresso Internacional da ABEH, 2021.

Simões e Facchini (2009) notam que a tensão do Movimento LGBTI+ com os partidos políticos só iria diminuir, mas não desaparecer completamente, nos anos 90 - após a dura luta contra a epidemia de HIV/Aids que marcaria a década de 80 - favorecido pela diversificação de formatos institucionais e pela ampliação das redes do Movimento. Com a redemocratização brasileira, os partidos de esquerda tornaram-se canais para dar visibilidade às demandas do ativismo (DEHESA, 2015; GREEN, 2000).

Nos anos 90 surgem os primeiros setoriais LGBTI+ partidários, no PT e no PSTU, e nos anos 2000 nascem outros setoriais de outros partidos, assim como políticas públicas e ações de parlamentares, além de novas candidaturas LGBTI+. Os autores destacam que o projeto de lei

sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo em 1995, de autoria de Marta Suplicy, à época no PT, representou um marco das primeiras conquistas da articulação LGBTI+ pela via partidária (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

O historiador e um dos fundadores do movimento, James N. Green, fala sobre a importância do PT para a entrada da luta LGBTI+ na política institucional. Segundo Green (2000), o crescimento do partido que unificara alguns movimentos sociais e grupos de esquerda, contribuiu para a politização de ativistas homossexuais. O PT havia se tornado uma referência para muitos desses ativistas porque era uma das poucas organizações que criticava o status quo. Além disso, nos anos 80, a legenda foi a única que incluiu o reconhecimento dos direitos de gays e lésbicas no seu programa. Desse modo, ativistas homossexuais formaram um grupo dentro do partido para educar outros membros sobre os assuntos do Movimento.

Dehesa (2015) também destaca o papel do PT na inclusão de ativistas LGBTI+ na política institucional: "Desde seu início, o Partido dos Trabalhadores demonstrou certa abertura aos debates sobre liberação homossexual" (2015, p. 133, tradução minha)¹⁰. Contudo, a aliança do partido com a base da Igreja Católica pressionou a maior liderança do partido, Lula, a retirar seu apoio ao casamento gay na campanha eleitoral de 1994. Apenas o projeto de lei sobre casamento igualitário apresentado pela sexóloga Marta Suplicy no ano seguinte faria com que o partido recuperasse parte do prestígio em relação à causa LGBTI+ (GREEN, 2000).

Contudo, essa interação sempre foi permeada por tensões. Santos (2016b) relata resistências internas do PT ao Movimento LGBTI+ em alguns episódios. O primeiro deles ocorreu nas eleições de 1989 quando o nome de Fernando Gabeira foi preterido para compor a vice-presidência na chapa de Lula por estar associado a temas considerados polêmicos, como a descriminalização da maconha e de minorias, e por não possuir uma postura suficientemente "viril" para o pleito, o que poderia prejudicar a busca por votos. Outro episódio envolvendo o PT trata das resistências internas na formação do núcleo de gays e lésbicas paulistanos, razão pela qual só foi definitivamente criada em 1992, uma década depois da fundação do partido.

Trevisan (2018 [1986]) também cita episódios envolvendo preconceitos no interior do PT. Um desses episódios foi quando em 1996 o então deputado petista Hélio Bicudo, conhecido pela sua vinculação à Igreja Católica, foi a público combater temas polêmicos discutidos na Câmara dos Deputados, entre eles o casamento homossexual. Bicudo opunha que a esquerda gastasse energia com esses temas e deixasse de lado as preocupações com a exclusão social, como se LGBTI+ não fizessem parte dessa exclusão. Curioso, como bem nota Trevisan, é que o deputado não só era Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, como também era membro do Fórum Interamericano de Direitos Humanos à época. Um segundo episódio foi quando em 1997, no contexto das discussões sobre a parceria civil na Câmara dos Deputados, o PT liberou sua bancada parlamentar para votar de acordo com as suas consciências,

10 O autor também destaca a importância da Convergência Socialista na inclusão de ativistas LGBTI+ na esquerda partidária no Brasil da transição.

demonstrando que a esquerda reproduzia “velhos preconceitos camuflados em argumentos ‘modernos’” (TREVISAN, 2018 [1986], p. 159).

Os conflitos decorrentes dessa interação ocorriam também na própria militância. Santos (2006) narra um “racha” interno ocorrido na Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT), responsável pelo maior evento LGBTI+ do país. Além de outras razões, o conflito se instalou após o anúncio pelo presidente da entidade da sua candidatura a deputado federal pelo PT. Uma parte, então, da diretoria da APOGLBT acusou o presidente e outros ativistas vinculados ao partido de fazerem uso eleitoral da visibilidade conquistada pela Parada do Orgulho de São Paulo. Por fim, tivemos a suspensão de uma política educacional voltada para combater a LGBTIfobia nas escolas pela presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2011, que ensejou a publicação de uma nota crítica do Setorial Nacional LGBT do PT à atitude do Governo Federal (SANTOS, 2016b).

Os problemas entre o Movimento LGBTI+ e a esquerda partidária não são uma exclusividade do PT. Mais recentemente, o PSOL, partido reconhecidamente aliado de movimentos sociais e da causa LGBTI+, teve de lidar com um conflito que culminou na expulsão da ativista trans Indianara Siqueira¹¹, gerando intenso desgaste interno e a perda de quadros LGBTI+ de destaque, que se desligaram da legenda acusando o partido de transfobia¹². O ex-deputado federal Jean Wyllys eventualmente também reclama dos limites do partido nessa questão, ainda que mais discretamente.

Não é pacífica a entrada da agenda da livre orientação sexual e identidade de gênero nos partidos políticos, nem por parte dessas organizações políticas, nem dentro do próprio Movimento. Tal aproximação resulta em consequências positivas e negativas tanto para as agremiações, no que diz respeito ao estabelecimento de agendas, de prioridades, de divisão de recursos e de impacto eleitoral, quanto para o próprio Movimento que recebe a “partidarização” da sua luta e a perda de autonomia frente às agendas, prioridades e estratégias dos partidos que muitas vezes diferem das dos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2021).

Em meados da década de 1990, Dehesa (2015) indica que muitos ativistas atuaram no sentido de aprovar legislações nas assembleias legislativas e câmaras municipais. Essas leis tinham por finalidade coibir a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, prevendo multas e sanções contra estabelecimentos privados, como restaurantes, por exemplo, e tinham clara intenção de construir um marco simbólico ao longo do país. O mesmo autor nota que os ativistas tiraram vantagem da baixa disciplina partidária na prática legislativa local, na medida em que os partidos não tinham uma posição fechada acerca dessa temática (acrescentaríamos também nosso sistema eleitoral proporcional e nosso sistema partidário multipartidário que estimula a criação de múltiplos partidos políticos). Desse modo, os votos de deputados estaduais

11 É possível ler a nota do partido sobre esse episódio em: <https://psol50.org.br/nota-da-executiva-nacional-do-psol-sobre-o-desligamento-da-filiada-indianara-siqueira/>. Acesso em 19/05/2021.

12 Ver notícia sobre o desligamento de Duda Salabert, mulher trans e ex-candidata pelo partido, em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/22/interna_politica.750815/ex-candidata-duda-salabert-acusa-psol-de-transfobia-e-sai-do-partido.shtml. Acesso em 19/05/2021.

e vereadores eram independentes da visão programática partidária, o que facilitou a aprovação de tais projetos¹³. Esse momento pode representar as origens da interação entre ativistas e partidos de centro e de direita pela via da interlocução com parlamentares em nível subnacional.

Ainda sobre a heterogeneidade do Movimento LGBTI+, que pode explicar, junto a outros fatores, a entrada da temática LGBTI+ em diferentes partidos políticos, vale destacar a pesquisa de Santos (2006) com lideranças do Movimento LGBTI+ da cidade de São Paulo entre 2004 e 2005. Trabalhando com a abordagem de projetos políticos de Evelina Dagnino, o estudo almejou compreender quais eram os projetos políticos das lideranças homossexuais e como elas interagiam com o Estado e os partidos políticos. A partir da fala dos sujeitos, o autor descobriu a presença de três principais projetos políticos entre a militância paulistana: i) Autônomo-Liberacionista; ii) Participacionista e iii) Inclusionista.

O projeto “autônomo-liberacionista” tem como principal característica a busca pela autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado e aos partidos políticos, semelhante àquela corrente do final dos anos 70 e início dos 80 que rejeitava alianças com organizações partidárias de esquerda e outros movimentos sociais. Já o projeto “participacionista” tem o PT como principal intermediador entre o Movimento LGBTI+ paulistano e o Estado. Por tal motivo, as lideranças que expressavam elementos desse projeto eram filiadas ou guardavam relações próximas com o partido. Dentre os elementos principais, está a ênfase na importância da participação social, seja nos movimentos sociais ou nas instituições participativas, para obter ganhos de transformação social (SANTOS, 2006).

O terceiro e último projeto político identificado é o chamado “inclusionista”, cujos elementos preveem uma sociedade civil ativa e solidária, que deveria trabalhar conjuntamente com órgãos do Estado. Nesse projeto, há uma crença de que o Estado padece de uma carência de recursos financeiros e que por isso as organizações da sociedade civil deveriam construir parcerias com o Estado e com o mercado, complementando a ação dessas instâncias e implementando políticas públicas com financiamento do Estado, de organizações internacionais e da iniciativa privada. O projeto inclusionista visaria incluir a população LGBTI+ na sociedade, assegurando acesso a direitos negados como saúde e educação. Contudo os esforços deveriam ser voltados apenas para aqueles em situação de risco ou vulnerabilidade, uma vez que o Estado não possui aportes econômicos para atender a todos. Assim, nota-se uma clara influência do ideário neoliberal em setores do Movimento LGBTI+ (SANTOS, 2006).

Esse projeto merece atenção, pois detecta um perfil da militância que foge ao padrão do conflito entre autonomistas *versus* institucionalistas presente em boa parte da literatura. É esse projeto que pode explicar a filiação de atores a partidos de centro-direita, como o PSDB, por exemplo, e iluminar aspectos referentes a distintos processos de institucionalização nos partidos, para além do campo ideológico da esquerda. Mais que isso, a expressão de ideologias neoliberais

13 Embora seja importante anotar que em entrevista realizada com uma pessoa chamada William, do Partido dos Trabalhadores, James Green notou que uma parte dessas leis eram aprovadas sem a articulação de ativistas, como efeito de uma espécie de “efeito-contágio” de uma casa parlamentar para outra.

aponta para o fato de que o Movimento LGBTI+ é bastante plural, possui distintas classes sociais, gerações, raças, territorialidades e preferências.

Outro estudo que evidencia essa pluralidade é o de França (2006), ao analisar as relações entre o Movimento LGBTI+ paulistano e o mercado voltado ao chamado segmento “GLS”. Seu ponto de partida é o de que “o que chamamos de movimento homossexual é, hoje, um sujeito político bastante complexo, formado por múltiplas categorias identitárias, nem sempre movidas pelos mesmos discursos” (FRANÇA, 2006, p. 103) e que muitos desses discursos políticos, sobretudo o do orgulho, foram incorporados pelos espaços de consumo e sociabilidade com o objetivo de explicitar o direcionamento dos produtos e serviços à população LGBTI+. Nesse processo, empresários e empresárias passaram a serem vistos e a se considerarem articuladores de ações políticas no campo do Movimento LGBTI+ (FRANÇA, 2006).

É comum atualmente notar proprietários de estabelecimentos direcionados ao segmento LGBTI+, como boates e saunas gays, participando de atividades da militância, como as Paradas, por exemplo, e se engajando em processos políticos. Isso pode resultar numa busca por partidos políticos os mais diversos possíveis, distantes das agremiações tradicionais de esquerda. Podemos citar, por exemplo, o caso da empresária Maria do Céu, proprietária da boate MetrÓpole em Recife, que lançou candidatura ao cargo de vereadora nas eleições de 2016 pelo Partido Popular Socialista (atualmente Cidadania) sob a bandeira da cidadania LGBTI+¹⁴. Não tendo sido eleita, foi convidada pelo partido a assumir um cargo no Ministério da Cultura ainda no Governo Temer (2016-2018), donde permaneceu até 2018 para lançar uma nova candidatura ao cargo de Deputada Estadual para a Assembleia Legislativa de Pernambuco novamente pelo PPS.

Outro fator que pode explicar processos de institucionalização da temática LGBTI+ em diferentes partidos brasileiros é a presença de atores que não são vinculados ao movimento social, mas que mobilizam a temática dentro da agremiação, seja por uma questão de identificação com a discussão, seja por convite, demanda ou atribuição realizada por lideranças partidárias, na perspectiva de angariar o voto de nichos eleitorais específicos. Em alguns casos, tais atores se recusam a representar os interesses coletivos do movimento. Santos (2016b) faz menção ao ex-deputado federal Clodovil Hernandes (PTC-SP) e ao ex-vereador de Caruaru/PE, Jailton Oliveira Batista, o Jajá (PSDC-PE), que não assumiram compromissos com as demandas do ativismo LGBTI+ (e, em algumas matérias, se opuseram).

Analisando a presença de setoriais partidários LGBTI+, Santos (2016a) verificou que há partidos que convidam atores com certa notoriedade pública como foi o caso do Diversidade PTB, núcleo LGBTI+ do Partido Trabalhista Brasileiro. Ele foi criado em maio de 2010 por iniciativa de um Deputado Federal do partido, o Campos Machado, e seu evento de fundação ocorreu dentro de uma boate gay de São Paulo, tendo como presidenta a transexual Léo Áquila, conhecida por

14 Em 2018, Ricardo Lucas, um dos proprietários da boate Victória Haus, em Brasília/DF, também se lançou candidato a Deputado Distrital pelo PC do B. Esse fenômeno nos faz questionar se seria um dos repertórios de ação do Movimento LGBTI+ ou o tradicional recrutamento de empresários pelos partidos políticos, agora focado em um outro nicho eleitoral (ou ambos simultaneamente).

circular no meio artístico e participar de programas televisivos, sem trajetória progressa no movimento.

Situação semelhante aconteceu com o ingresso do homem trans, Thammy Miranda, filho da cantora Gretchen, nas fileiras do Partido Progressista (PP), em 2015, quando então Jair Bolsonaro era quadro de destaque da legenda por sua oposição aos direitos LGBTI+ antes de migrar para o Partido Social Liberal (PSL, atualmente União Brasil). Segundo a matéria na imprensa¹⁵, Thammy foi convidado por deputados para presidir o PP Diversidade, núcleo LGBTI+ do partido, e no ano seguinte lançar candidatura para vereador na Câmara Municipal de São Paulo¹⁶. É nesse cenário complexo que temos assistido nos últimos anos à presença de LGBTI+ nos partidos políticos brasileiros. Logo, é possível concluir que o dilema inclusão/exclusão da temática LGBTI+ nos partidos está relativamente superado: mais importante é compreender como essa inclusão tem se dado, com seus limites e contradições.

Um desses limites e contradições é sobre quem tem sido efetivamente incluído nos partidos. No Brasil, a maior parte das candidaturas de LGBTI+ é composta por gays e mulheres trans (SANTOS, 2016b), deixando em aberto questões sobre como tem sido a participação partidária de mulheres lésbicas e bissexuais, além de outros grupos com ainda menos visibilidade, como as pessoas intersexo, assexuais, não-binárias, pansexuais, homens trans, entre outras. Essa é uma problemática que antecede os partidos e ainda não foi superada nem mesmo pelo movimento social, haja vista as inúmeras queixas desses agrupamentos por maior incidência e voz na militância.

A complexa heterogeneidade do Movimento LGBTI+ resultou na adoção simultânea de estratégias políticas de participação direta, como protestos de rua e as Paradas do Orgulho, e de investimento em instituições representativas, como ONGs, partidos, conselhos, conferências etc. Talvez seja justamente essa pluralidade, promovendo uma concertação não planejada entre diferentes repertórios de ação e interação, que tem contribuído para as conquistas recentes nos planos cultural e institucional no Brasil. Como diz Goldstone (2003), a capacidade dos grupos de combinarem diferentes táticas pode fazê-los alcançar bons resultados no que diz respeito à influência sobre atores governamentais.

15 A reportagem pode ser lida em: <https://bit.ly/32l2wqb>. Acesso em 04/07/2019.

16 A presença de pessoas trans em partidos tradicionais não é em si uma novidade: Kátia Tapety, considerada a primeira travesti eleita a um cargo eletivo no Brasil, já participava de partidos tradicionais, como o antigo PFL, desde 1992. Para um estudo sobre a trajetória política de Kátia Tapety, ver Gontijo (2014).

5. Considerações finais

O presente trabalho discutiu a interação entre movimentos sociais e partidos políticos a partir do Movimento LGBTI+ brasileiro. Extraímos de parte da literatura sobre essa interação diversas abordagens. Primeiro, nessa interação não apenas o movimento social sofre transformações, mas também o partido. Depois, é preciso avançar nas reflexões sobre a interação entre as duas instâncias com foco na ação e reação dos atores envolvidos.

Para tanto, partimos do pressuposto de que movimentos sociais não operam apenas na chave do confronto político, mas lançam mão de diferentes repertórios de interação envolvendo rotinas de cooperação com partidos e que isso pode resultar na institucionalização das demandas, valores e objetivos dos movimentos nos partidos, a partir da criação de sedimentações institucionais, cuja teoria nomeia de encaixes institucionais, a exemplo da criação de setoriais ou da inscrição da pauta em estatutos e programas, pois os partidos também possuem interesses na abertura de suas organizações aos movimentos da sociedade.

Em direção complementar, refletimos sobre a relação do Movimento LGBTI+ brasileiro com os partidos políticos, observando como a diversidade interna desse movimento social, associado aos estigmas, preconceitos e limites das organizações partidárias resultaram em diferentes processos de interação e entrada da questão da diversidade sexual e de gênero nas agremiações. Em alguns casos essa interação é mais contenciosa, em outros, mais harmônica. O conceito de institucionalização adaptado de Gurza Lavalle e colegas (2019) nos mostra que há gradações entre a ideia de fechamento ou abertura dos partidos aos movimentos, que essa interação é contínua e rotineira e que partidos interagem com diferentes setores da sociedade, inclusive setores antagônicos a movimentos progressistas, o que faz deles arenas em disputa.

Constatamos ainda que o Movimento LGBTI+ é plural, não podendo ser reduzido a duas correntes majoritárias: os autonomistas e os institucionalistas. Mais interessante, para a compreensão das conexões entre Movimento LGBTI+ e partidos políticos, é buscar apreender rotinas de interação entre as duas instâncias e os caminhos da institucionalização, investigando quais são os atores e organizações que lançam mão de repertórios mais partidarizados, de que maneira, com quais implicações, ganhos, perdas e tensões. Eis uma profícua agenda de pesquisas para o campo da participação política e para a Ciência Política brasileira.

Referências

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set.-dez., 2011.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de; VIEIRA, Anne Karoline; KASHIWAKURA, Gabriella. Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto do impeachment. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 71, n. 1, p. 140-170, jan.-mar., 2020.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 43, p. 13-56, jan.-jun., 2014.

BURSTEIN, Paul; LINTON, April. The impact of political parties, interest groups, and social movement organizations on public policy: some recent evidence and theoretical concerns. **Social Forces**, v. 81, n. 2, p. 380-408, dez., 2002.

CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Silvia; LOPES, Paulo Victor Leite; TOTA, Martinho. **Retratos da política LGBT no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 4, n. 5, p. 131-147, 2010.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

CRUZ, Rodrigo. Do protesto às urnas: as campanhas em defesa da causa homossexual nas eleições de 1982. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 22, p. 233-284, jan.-abr., 2017.

DEHESA, Rafael de la. **Incursiones queer en la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales em México y Brasil**. México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora L. (Org.) **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora Unicamp, p. 126-138, 2020.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. Movimentos sociais e partidos políticos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 3, p. 166-176, nov., 1994.

FRANÇA, Isadora Lins. 'Cada macaco no seu galho?': poder, identidade e segmentação de segmentação de mercado no movimento homossexual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 103-115, fev., 2006.

GOLDSTONE, Jack A. **States, parties and social movements**. New York: Cambridge University Press, 2003.

GONTIJO, Fabiano. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 299-319, jul.-dez., 2014.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, p. 63-78, 2018.

GREEN, James N. 'Mais amor e mais tesão': a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 271-295, 2000.

GURZA LAVALLE, Adrian. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 66, p. 91-109, jul. 2003.

GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. In: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (Orgs.). *Movimentos Sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 21-86, 2019.

HELLMAN, Judith Adler. The study of new social movements in Latin America and the question of autonomy. In: ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia E. (Orgs.). **The making of social movements in Latin America: identity, strategy, and democracy**. New York: Routledge, p. 52-61, 2018 [1992].

IRINEU, Bruna Andrade; RAFAEL, Josiley Carrijo. Heteronormatividade e políticas sociais no Brasil contemporâneo: conquistas e desafios para os Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate a Crimes de Homofobia. **SER Social**, Brasília, v. 11, n. 24, p. 34-64, jan.-jun., 2009.

KITSCHOLT, Herbert. Movement parties. In: KATZ, Richard S; CROTTY, William (Orgs.). **Handbook of party politics**. Londres: Sage Publications, p. 278-289, 2006.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MCADAM, Doug; SCOTT, Richard. **Organization and movements**. In: DAVIS, Gerald F.; MCADAM, Doug; RICHARD, William; MAYER, Scott; ZALD, Nathan (Orgs.). *Social movements and organization theory*. New York: Cambridge University Press, p. 4-40, 2005.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 18-51, set.-dez., 2011.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo; FREITAS, Fátima Regina Almeida de; AVELAR, Rezende Bruno de. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 151-161, jan.-jun., 2012a.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniel. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 39, p. 403-429, jul.-dez., 2012b.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, mai.-ago., 2012c.

MISCHE, Ann. **Partisan publics**: communication and contention across brazilian youth activist networks. Nova Jersey: Princeton University Press, 2008.

OLIVEIRA, Marília Silva de. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 585-622, mai.-ago., 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Estado, projetos políticos e trajetórias individuais**: um estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2006.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 179-212, jan.-jun., 2016a.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 147-186, set.-dez., 2016b.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009 [1998].

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VIANNA, Adriana; CARRARA, Sergio. **Sexual politics and sexual rights in Brazil**: a case study. In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert (Orgs.). *SexPolitics: Reports from the Front Lines*, p. 27-51, 2007.

ZANOLI, Vinicius Pedro Correia. **Fronteiras da política**: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2015.